



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
- ANO DE 2021 -**

MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PREÂMBULO.....	3
3. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	5
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
4.1 BALANÇO	8
4.2 NOTAS AO BALANÇO	10
4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	25
4.4 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	26
5. ENDIVIDAMENTO / DÍVIDA TOTAL	35
6. CONTROLO ORÇAMENTAL	37
7. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	46
8. CONTABILIDADE DE GESTÃO	47
9. CONTROLO INTERNO	47
10. PLANO PREVENÇÃO RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES	47
11. FACTOS SUBSEQUENTES.....	48
12. RELATÓRIO DE GESTÃO	48
13. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	48
14. CONCLUSÕES.....	48
14.1 RESERVAS.....	48
14.2 ÊNFASES.....	48
15. AGRADECIMENTOS.....	49





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e guias de aplicação técnicas, nomeadamente a GAT 18, e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 26 de abril de 2022.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PREÂMBULO

i) Situação Conjuntural

1. O ano agora em análise, tal como o ano anterior, foi fortemente influenciado pela situação pandémica que se vem vivendo no País e no Mundo, fruto do vírus COVID-19.
2. Após o ano de 2020, em que se assumiu que a crise pudesse ser transitória, o ano de 2021 veio confirmar que a pandemia COVID-19 veio para ficar, com diversas implicações para as organizações, nomeadamente o aumento do absentismo e teletrabalho que condicionam o regular funcionamento das mesmas.
3. Os Municípios, enquanto gestores de espaços territoriais, têm estado na linha da frente no combate à pandemia, pelo que a análise que se possa fazer a este ano, deverão ter em conta as necessidades que os Municípios tiveram, e têm, em dar resposta a um conjunto de circunstâncias para que a vida comunitária no seu espaço territorial, e no conjunto Nacional em que operam, possa mitigar as dificuldades que a população vai sentindo.
4. Nesta conformidade, as previsões orçamentais iniciais sofreram alterações que devem ser analisadas à luz dos atuais condicionalismos em que a nossa vida coletiva se desenvolve.
5. A 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia e a guerra voltou à Europa. Desconhece-se à data deste relatório os verdadeiros impactos que esta guerra poderá trazer para todo Mundo





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

e para Portugal em particular. Para já potenciou uma crise energética, que já se vinha sentido, com um aumento de todas as fontes de energia, que condirá a um acréscimo de despesa com combustíveis, gás e eletricidade exercendo pressão sobre o orçamento para 2022.

ii) Normativo Contabilístico

1. O SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, aplicável a toda a administração pública, revogando o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e, com ele, o plano setorial aplicável às Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com exceção das normas previstas nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3, relativas, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações orçamentais, entrou em vigor, para as autarquias locais, a 01/01/2020.
2. No âmbito da adoção pela primeira vez do SNC-AP, o Município deve:
 - Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
 - Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
 - Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
 - Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.
3. Tal como nós referenciado no Relatório de 2020, a *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis*, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos.
4. A Comissão de Normalização Contabilística par as Administrações Públicas, emitiu a sua FAQ 47, que permite a adoção subsidiária da IPSAS 33 para situações de transição que não ficaram evidenciadas no ano de 2020.
5. O esforço, de todos os intervenientes neste processo de aplicação de um novo normativo contabilístico, foi colossal, tendo presente a Pandemia que se verificou no ano de 2020 e 2021. Apenas a disponibilidade e resiliência dos técnicos dos Município, dos técnicos externos e das *softwarehouses*, permitiu a conclusão desta prestação de contas em SNC-AP.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho, tendo por base as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) que sejam relevantes para o trabalho específico e a Guia de Aplicação Técnica nº 18, emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2021, tendo confirmado os valores do Caixa;
 - b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
 - c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos gastos e rendimentos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
 - d) Inspecionámos os principais elementos do ativo fixo tangível, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
 - e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;

g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:

- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais, de acordo com a Guia de Aplicação Técnica nº 18 da OROC;
- Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
- Transferências e subsídios correntes;
- Gastos com Pessoal;
- Outros gastos operacionais;
- Depreciações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
- Ajustamentos para riscos e encargos;
- Gastos Financeiros;
- Gastos Extraordinários;
- Vendas e Prestações de Serviços;
- Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
- Proveitos e Rendimentos Financeiros;
- Proveitos e Rendimentos Extraordinários;

h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;

j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;

k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;

l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Financiamentos Obtidos;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- m) Analisámos os movimentos efetuados nas rubricas de Património Líquido e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outras Contas a Pagar e a Receber;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como a situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	43 363 189	43 642 395	-279 206	-0,64%
Propriedades de investimento	0	0	0	-
Ativos intangíveis	82 190	119 092	-36 901	-30,99%
Investimentos financeiros	312 336	312 336	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	2 031	3 167	-1 137	-35,89%
Diferimentos	599 218	692 232	-93 014	-13,44%
Total	44 358 964	44 769 221	-410 257	-0,92%
Ativo corrente				
Inventários	123 353	75 839	47 514	62,65%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	21 553	31 200	-9 647	-30,92%
Clientes, contribuintes e utentes	118 164	110 605	7 560	6,83%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	-
Outras contas a receber	822 160	626 257	195 903	31,28%
Diferimentos	85 811	27 343	58 469	213,84%
Outros ativos financeiros	0	0	0	-
Caixa e depósitos	3 712 146	2 609 413	1 102 733	42,26%
Total	4 883 187	3 480 657	1 402 530	40,29%
Total do Ativo	49 242 151	48 249 878	992 273	2,06%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Património Líquido				
Património/Capital	32 258 465	32 258 465	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	-
Reservas	317 625	317 625	0	0,00%
Resultados transitados	1 053 426	1 406 042	-352 617	-25,08%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	-
Outras variações no Património Líquido	11 442 461	10 974 510	467 952	4,26%
Resultado líquido do período	-57 195	-352 617	295 421	-83,78%
Total	45 014 782	44 604 025	410 756	0,92%
Passivo não corrente				
Provisões	0	0	0	-
Financiamentos obtidos	2 255 798	1 753 815	501 982	28,62%
Fornecedores de investimento	0	0	0	-
Diferimentos	0	334	-334	-100,00%
Total	2 255 798	1 754 150	501 648	28,60%
Passivo corrente				
Credores por transf. e subsídios concedidos	647 440	692 232	-44 792	-6,47%
Fornecedores	105 715	105 328	387	0,37%
Estado e outros entes públicos	100 781	54 957	45 824	83,38%
Financiamentos obtidos	474 959	466 565	8 394	1,80%
Fornecedores de investimentos	26 171	26 241	-70	-0,27%
Outras dívidas a pagar	615 112	546 380	68 733	12,58%
Diferimentos	1 393	0	1 393	-
Total	1 971 572	1 891 703	79 869	4,22%
Total do Passivo	4 227 369	3 645 853	581 517	15,95%
Total do Património Líquido e Passivo	49 242 151	48 249 878	992 273	2,06%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO NÃO CORRENTE

4.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

- a. O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2021, por comparação com o ano de 2020:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	2 467 523	2 394 523	73 000	3,05%
Edifícios e outras construções	494 493	494 493	0	0,00%
Infraestruturas	61 043 413	60 639 170	404 242	0,67%
Património histórico, artístico e cultural	515 633	507 633	8 000	1,58%
Outros bens de domínio público	0	0	0	-
Terrenos e recursos naturais	5 174 564	5 129 281	45 283	0,88%
Edifícios e outras construções	24 088 944	23 808 845	280 100	1,18%
Equipamento básico	3 473 122	3 342 053	131 069	3,92%
Equipamento de transporte	2 627 462	2 619 681	7 780	0,30%
Equipamento administrativo	777 728	746 801	30 927	4,14%
Equipamentos biológicos	75 682	75 682	0	0,00%
Outros ativos fixos tangíveis	1 810 378	1 718 203	92 175	5,36%
Depreciações acumuladas	-61 025 328	-58 205 170	-2 820 158	4,85%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 839 575	333 156	1 506 420	452,17%
Adiantamentos por conta de investimentos	0	38 044	-38 044	-100,00%
Total	43 363 189	43 642 395	-279 206	-0,64%

- b. Das nossas análises verificámos:

- Os ativos fixos foram inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, que inclui o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem.
- A mensuração subsequente é registada pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.
- De acordo com a Portaria nº189/2016 de 14 de julho e FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a vida útil dos edifícios e outras construções, deverá ser atualizada para as vidas úteis referidas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento e aplicar retrospectivamente ao ano de aquisição.
- No ano, houve um decréscimo de 279.206 euros de bens contabilizados nesta rubrica. Esta variação negativa contempla, por exemplo:
 - Aquisições do ano, em cerca de 2.452.890 euros;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Alienações e abates no montante de 90.386 euros;
 - Transferência de imobilizado em curso em cerca de 201.899 euros;
 - Reconhecimento de trabalhos para a própria entidade no montante de 170.448 euros;
 - Depreciações do exercício no valor de 2.853.578 euros.
- v. Verificámos a concordância entre o mapa de depreciações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2021 foram reconhecidos no Património.
- vi. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade, tendo concluído que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das depreciações do exercício.
- vii. De acordo com o mencionado nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data de 31 de dezembro de 2016. Para os edifícios e outras construções (imóveis e direitos no CIBE), quer se trate de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.
- viii. O saldo do ativo fixo em curso registou um acréscimo de 1.468.376 euros, sendo o saldo a 31/12/2021 de 1.839.575 euros.
- ix. O Município tem identificados acordos de concessão de serviços com as seguintes entidades: EDP e Águas Públicas do Alentejo, SA. De acordo com a NCP 4, acordo de concessão de serviços é um acordo vinculativo entre um concedente e um concessionário em que: (a) O concessionário usa o ativo da concessão de serviços para prestar um serviço público em nome do concedente por um período especificado e (b) O concessionário é remunerado pelos seus serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços
- x. De acordo com a NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, estamos perante o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, quando o concedente não tiver uma obrigação incondicional de pagar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria de um ativo de concessão de serviços, e dá ao concessionário o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- xi. Não foi possível, em 2021, reconhecer todos os ativos e passivos relacionados com estes acordos, que ainda não se encontrem evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Município. Deve o Município efetuar os movimentos de reconhecimentos em 2022, utilizando a premissa enunciada na IPSAS 33, que aguarda transposição nacional. Este fato está mencionado como ênfase na nossa CLC.
- xii. Verificámos e validamos cerca os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.

4.2.2 Ativos Intangíveis

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Ativos intangíveis de domínio público	0	0	0	-
Goodwill	0	0	0	-
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	-
Prog. computador e sistemas de informação	397 286	394 778	2 508	0,64%
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	-
Amortizações acumuladas	-345 980	-294 790	-51 190	17,37%
Ativos intangíveis em curso	30 884	19 103	11 781	61,67%
Total	82 190	119 092	-36 901	-30,99%

- i. O decréscimo do ano contempla:
 - Aquisição de bens novos, no montante de 14.289 euros;
 - Amortizações do exercício no valor de 51.190 euros.
- ii. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2021 foram reconhecidos no Património.
- iii. Verificámos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que, a variação nos mapas, corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício.
- iv. Verificámos e validamos todos movimentos da conta do ano. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2.3 Investimentos Financeiro

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Investimentos em entidades controladas	0	0	0	-
Investimentos em associadas	0	0	0	-
Investimentos noutras entidades	312 336	312 336	0	0,00%
Amortizações acumuladas	0	0	0	-
Total	312 336	312 336	0	0,00%

A rubrica de investimentos financeiros compreende o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

II- ATIVO CORRENTE

4.2.4 Inventários

- a. As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b. A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Mercadorias	0	0	0	-
Matérias-Primas	524	532	-8	-1,56%
Matérias subsidiárias	1 444	1 662	-218	-13,10%
Pecas e outros materiais	724	623	101	16,24%
Alimentação	0	0	0	-
Outros Materiais diversos de consumo	129 911	85 650	44 262	51,68%
Perdas por imparidade acumuladas	-9 250	-12 628	3 377	-26,74%
Total	123 353	75 839	47 514	62,65%

- c. Solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2021, as quais confirmam o valor apresentado nas demonstrações financeiras.
- d. No decurso do nosso trabalho, solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2021, as quais confirmam o valor apresentados nas demonstrações financeiras.
- e. Após a análise à antiguidade de bens em inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos. O seu montante é de 9.250 euros, valor ajustado pelo Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- f. No decorrer de 2022 devem ser analisados os procedimentos para tratamento contabilístico dos autoconsumos de águas e perdas/quebras na rede, por forma a que sejam devidamente reconhecidas. De acordo com informação prestada pelo Município este procedimento iniciou-se em 2020 com a colocação de contadores nas diversas instalações municipais.
- g. Validámos o saldo da conta.

4.2.5 Devedores por Transferências, Clientes, Contribuintes e Utentes

- a. A conta apresenta um saldo de 141.747 euros, referente a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Deved. por transf. e sub. não reembolsáveis obt. Clientes c/c	21 553	31 200	-9 647	-30,92%
Realizável até 12 meses	103 423	101 121	2 302	2,28%
Realizável a mais de 12 meses	2 031	3 167	-1 137	-35,89%
Contribuintes	0	0	0	-
Utentes	329	540	-211	-39,10%
Cobrança Duvidosa	352 023	295 973	56 050	18,94%
Perdas por imparidade				
Realizável até 12 meses	-337 610	-287 029	-50 581	17,62%
Realizável a mais de 12 meses	0	0	0	-
Total	141 747	144 972	-3 224	-2,22%

- b. Conciliámos o saldo da contabilidade de devedores por transferências não reembolsáveis com a receita por cobrar da DOREC e não detetámos divergências materiais.
- c. O saldo de clientes de cobrança duvidosa representa 77% do saldo de clientes. Verificou-se um acréscimo de 56 mil euros relativamente a 2021.
- d. O reforço das perdas por imparidade foi de 51 mil euros, tendo por base os critérios anteriormente utilizados no POCAL.
- e. Assim importa referir que, de acordo com a RGTAL, o prazo de prescrição para as taxas e maior parte dos outros tributos administrados pelas autarquias locais é de 8 anos e no que aos serviços de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos, diz respeito, o prazo reduz para 6 meses.
- f. Conciliámos o saldo da contabilidade de Clientes com a receita por cobrar da DOREC e detetámos divergências não materiais, que devem ser analisadas e regularizadas e 2022.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2.6 Outras Contas a Receber

- a. A conta apresenta um saldo de 822.160 euros, conforme quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Impostos e taxas imputados ao período	607 017	532 649	74 368	13,96%
Devedores por acréscimos de rendimentos	69 123	61 940	7 183	11,60%
Devedores por alienação de ativos fixos	11 543	0	11 543	-
Outros devedores	134 477	31 668	102 809	324,64%
Total	822 160	626 257	195 903	31,28%

- b. O saldo de “Impostos e taxas imputadas ao período” diz respeito ao IMI a cobrar em 2022, mas que é rendimento de 2021.
- c. Conforme referido na conta 70 do anexo das Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, as restituições de Impostos (IMI por exemplo) devem ser reconhecidas como gasto do exercício na conta 688115.
- d. O saldo de “Devedores por acréscimos de rendimentos” compreende o acréscimo de rendimentos, relativo a:
- Processamento da água, resíduos sólidos e saneamentos do mês de dezembro;
 - Receita de transportes e refeições escolares.
- e. A conta de devedores por alienação de ativos fixos diz respeito à alienação de bens de investimentos.
- f. Conciliámos o saldo da conta Outros devedores com a DOREC e não detetámos divergências materiais.
- g. Validámos o saldo da conta.

4.2.7 Diferimentos

- a. Elevaram-se no ano de 2021 a 685.030 euros, divididos por médio e longo prazo e curto prazo, conforme quadro:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Transf. e sub. concedidos com condições				
A reconhecer até 12 meses	48 222	0	48 222	-
A reconhecer a mais de 12 meses	599 218	692 232	-93 014	-13,44%
Outros	37 589	27 343	10 247	37,48%
Total	685 030	719 574	-34 545	-4,80%

- b. O saldo de “outros” diz respeito a dispêndios (material de escritório, artigos de higiene e limpeza), anteriormente reconhecidos como inventário. Com a aplicação do novo normativo, estas despesas não cumprem os requisitos de mensuração da NCP 10 e de acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, se existirem no final do período de relato, devem ser transferidos para a conta 281.
- c. O saldo de “transferências e subsídios e concedidos com condições”, corresponde a gastos diferidos referentes ao que corresponde ao contrato de eficiência energética que está a ser gerido pela CIMAC.
- d. Validámos o saldo da conta.

4.2.8 Caixa e Depósitos

- a. O saldo de caixa é de 1.938 euros.
- b. Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c. A conta de Depósitos apresenta a seguinte decomposição:

	Valor		Variação €
	31/12/2021	31/12/2020	
Depósitos à ordem			
Santander Totta	66 518	28 124	38 394
BPI	105 634	46 168	59 466
BCP	97 155	97 335	-180
CGD	2 833 521	1 894 824	938 697
BIC	238 051	237 945	105
CCAM	352 907	286 888	66 019
Novo Banco	16 421	16 762	-341
Outros depósitos	0	0	0
Total	3 710 208	2 608 047	1 102 161

- d. Testámos todas reconciliações de dezembro e verificámos os movimentos em aberto.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- e. À data de 31 de dezembro de 2021 o valor global dos movimentos em reconciliação é de cerca de 157.003 euros e respeitam, na sua grande maioria, a movimentos de dezembro, reconciliados em janeiro de 2022.
- f. De acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, a conta 133 regista os depósitos de valores recebidos que terão de ser devolvidos depois de concluído o prazo de caução estabelecido no contrato e em caso de cumprimento e a conta 2771 (Cauções) recebidas de terceiros é creditada por contrapartida da conta 133 - Depósitos de garantias e cauções,
- g. Por sua vez, Operações de tesouraria, são as que geram influxos ou exfluxos de caixa (movimentam a tesouraria) mas não representam operações de execução orçamental (NCP 26). Os recebimentos e pagamentos por operações de tesouraria, nomeadamente, as cauções em dinheiro, são registadas nas contas desagregadas da conta 071 e os pagamentos nas contas desagregadas da conta 072, respetivamente.
- h. Conciliámos o saldo da rubrica "Depósitos de garantias e cauções" com a conta 0713 "Constituição e reforço de cauções e garantias" e 0723 "Devolução de cauções e garantias" e não detetámos divergências.
- i. Validámos os saldos da conta





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

III- PASSIVO NÃO CORRENTE

4.2.9 Provisões

- a. Não existem movimentos no ano.
- b. Não recebemos informação do departamento jurídico do Município, pelo que não nos possível saber se existem eventuais processos de que possam resultar responsabilidades para o Município.

4.2.10 Financiamentos Obtidos

- a. Confirmámos o saldo apresentado com um total de 2.730.757 euros (inclui Curto e ML Prazo), através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2021, e o seu comparativo com o final do ano de 2020 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2021	31/12/2020	€	%
Médio Longo Prazo					
	Financiamentos não excecionados	2 200 966	1 451 569	749 397	51,63%
	Financiamentos excecionados	54 832	139 629	-84 797	-60,73%
	Locação financeira - viaturas	0	162 618	-162 618	-100,00%
Total		2 255 798	1 753 815	501 982	28,62%
Curto Prazo					
	Financiamentos não excecionados	308 186	286 567	21 618	7,54%
	Financiamentos excecionados	84 819	179 998	-95 179	-52,88%
	Locação financeira - viaturas	81 954	0	81 954	-
Total		474 959	466 565	8 394	1,80%
Total		2 730 757	2 220 381	510 376	22,99%

- e. No quadro, o valor apresentado inclui o passivo de curto prazo estimado em 474.959 euros e o de Médio e Longo Prazo em 2.255.798 euros.
- f. Os saldos constantes na contabilidade estão em conformidade com a informação obtida externamente.
- g. Está devidamente apresentado no Balanço o grau de exigibilidade de curto e de médio/longo prazo.
- h. Validámos os saldos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

IV- PASSIVO CORRENTE

4.2.11 Credores por Transferências e Fornecedores

a. O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Credores transf. e sub. não reembolsáv.obt.	647 440	692 232	-44 792	-6,47%
Fornecedores c/c				
Exigível até 12 meses	105 715	105 328	387	0,37%
Exigível mais 12 meses	0	0	0	-
Fornecedores - faturas em receção e conf.	0	0	0	-
Total	753 155	797 560	-44 405	-5,57%

- b. Conciliámos o saldo de “Credores de transferências e subsídios não reembolsáveis” com as obrigações por pagar da DODES, e concluímos que o saldo está refletido, corretamente, como obrigações por pagar para períodos futuros.
- c. No decorrer da nossa auditoria circularizámos 24 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 14 respostas, das quais 12 foram concordantes com os saldos do Município e 2 discordantes.
- d. Para as respostas discordantes foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Apenas relativamente ao terceiro Rodoviária do Alentejo, é que permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2022.
- e. As restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- f. O total do saldo circularizado (85.368 euros) corresponde a 81% do saldo a 31/12/2021 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- g. Conciliámos o saldo de fornecedores com as obrigações por pagar da DODES e não detetámos divergências.
- h. Não existem pagamentos em atraso.
- i. Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

- a. Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 100.781 euros. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Retenção impostos sobre rendimentos	28 635	23 944	4 691	19,59%
IVA	1 699	9 836	-8 137	-82,72%
Outros impostos	102	21	81	384,54%
Contribuições sistemas proteção social	70 345	21 156	49 189	232,51%
Outras tributações	0	0	0	-
Total	100 781	54 957	45 824	83,38%

- b. Foram analisadas as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo-se confirmado que o Município tem as suas situações tributárias e contributivas regularizadas à data de 31 de dezembro de 2021.
- c. Saldos em aberto a 31/12/2021 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2022.
- d. Na análise efetuada à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos não foram detetadas distorções.
- e. Validámos os saldos da conta.

4.2.13 Fornecedores de Investimentos

- a. O saldo é de 26.171 euros, conforme consta no quadro abaixo:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	26 171	26 241	-70	-0,27%
Faturas em receção e conferência	0	0	0	-
Factoring	0	0	0	-
Total	26 171	26 241	-70	-0,27%

- b. No decorrer da nossa auditoria circularizámos 16 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 9 respostas, das quais 8 foram concordantes com os saldos do Município e 1 discordante.
- c. Para as respostas discordantes foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as restantes diferenças detetadas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. As restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e. O total do saldo circularizado corresponde a 100% do saldo a 31/12/2021 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- f. Validámos o saldo da conta.

4.2.14 Outras Contas a Pagar

- a. São os que constam do quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Outros credores por transf. e subsídios	3 100	1 337	1 763	131,94%
Pessoal	0	0	0	-
Credores por acréscimos de gastos	581 245	525 985	55 260	10,51%
Credores por subscrições não liberadas	0	17 352	-17 352	-100,00%
Cauções	1 606	1 606	0	0,00%
Sindicatos	0	0	0	-
Outros credores	29 162	100	29 062	28948,71%
Total	615 112	546 380	68 733	12,58%

- b. O saldo de “credores por acréscimos de gastos” corresponde aos acréscimos de gastos a reconhecer em 2021 que serão pagos em 2022, nomeadamente o gasto com férias e subsídio de férias a liquidar em 2022.
- c. Relativamente às retenções pecuniárias o CNC emitiu a FAQ 28 que refere: o caso de o mecanismo ser por retenção, é registado o pagamento orçamental pelo montante bruto e, simultaneamente, reconhecido na conta 07 “Operações de tesouraria” o montante da caução ou garantia obtida deste modo. A subconta 0713 “Constituição e reforço de cauções e garantias” poderá ser subdividida para cada entidade terceira entre constituição e reforço. Na contabilidade financeira estas operações são registadas na conta 277 “Cauções”.
- d. Relativamente as garantias e seguros prestados em papel, devem ser reconhecidas em sub- conta da 09 - Contas de ordem.
- e. As transações reconhecidas na conta 278929135 dizem respeito a transferências efetuadas para as Freguesias do concelho de Arraiolos. Pela sua natureza deveriam estar reconhecidas na conta 20 Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos. Regularizar em 2022.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

f. Validámos o saldo da conta.

4.2.15 Diferimentos

a. Apresenta um saldo de 1.393 euros, repartido na seguinte forma:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Transf. e subsídios de capital obtidos	1 059	0	1 059	-
Outros				
A reconhecer até 12 meses	334	0	334	-
A reconhecer a mais de 12 meses	0	334	-334	-100,00%
Total	1 393	334	1 059	316,73%

b. Validámos os saldos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

V- PATRIMÓNIO

4.2.16 Património

No final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Património/capital	32 258 465	32 258 465	0	0,00%
Reservas	317 625	317 625	0	0,00%
Resultados Transitados	1 053 426	1 406 042	-352 617	-25,08%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	-
Outras variações no património líquido	11 442 461	10 974 510	467 952	4,26%
Resultado Líquido do Período	-57 195	-352 617	295 421	-83,78%
Total	45 014 782	44 604 025	410 756	0,92%

Património/Capital

Manteve o valor de 2020, que validamos.

Reservas

Manteve o valor de 2020, que validamos.

Resultados transitados

- Esta conta teve uma variação negativa de 352.617 euros, que derivam da aplicação de resultados do ano de 2020.
- Validámos o saldo da conta.

Outras variações no património líquido

São reconhecidas em “outras variações de património líquido” as transferências e os subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (conta 5931), transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables (conta 5932) e outras transferências e subsídios de capital (conta 5933) e desde que não existam condições.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Resultados Líquidos

Trata-se dos resultados apurados na demonstração dos resultados que foram negativos em 57.195 euros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Nominal	%
Impostos, contribuições e taxas	1 564 988	1 345 713	219 275	16,29%
Vendas	232 114	236 598	-4 484	-1,90%
Prestações de serviços e concessões	1 111 471	1 202 277	-90 806	-7,55%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 847 768	6 376 641	471 127	7,39%
Variações nos inventários da produção	0	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	170 448	149 770	20 678	13,81%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-948 381	-787 924	-160 457	20,36%
Fornecimentos e serviços externos	-2 010 650	-1 666 996	-343 653	20,62%
Gastos com pessoal	-3 578 518	-3 282 875	-295 643	9,01%
Transferências e subsídios concedidos	-1 422 162	-1 246 559	-175 603	14,09%
Prestações sociais	-117 614	-89 802	-27 811	30,97%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9 770	-5 626	15 395	-273,67%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-50 581	179 432	-230 014	-128,19%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	-
Imparidade de investim não depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	-
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	-
Outros rendimentos	1 243 162	973 783	269 379	27,66%
Outros gastos	-188 401	-365 450	177 049	-48,45%
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	2 863 415	3 018 982	-155 567	-5,15%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 904 768	-3 359 874	455 106	-13,55%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-41 352	-340 892	299 539	-87,87%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	103	-103	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	-15 843	-11 827	-4 015	33,95%
Resultado antes de impostos	-57 195	-352 617	295 421	-83,78%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultado líquido do período	-57 195	-352 617	295 421	-83,78%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4 Notas à Demonstração de Resultados

4.4.1 Gastos

- a. Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos gastos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b. O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
- Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c. Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d. Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

4.4.1.1 Transferências e Subsídios Concedidos

- a. Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos.
- b. Aumentaram, relativamente a 2020, em 15,22%, conforme quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Transf. correntes concedidas	994 214	786 823	207 391	26,36%
Subsídios correntes concedidos	74 789	51 635	23 153	44,84%
Prestações sociais concedidas	117 614	89 802	27 811	30,97%
Transf. capital concedidas	353 160	408 101	-54 941	-13,46%
Total	1 539 776	1 336 361	203 415	15,22%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d. As transferências são transações sem contraprestação, através das quais uma entidade pública (por exemplo, uma instituição autónoma ou um município) transfere determinada importância para uma outra entidade, sem que dela receba qualquer contrapartida. Quando exista uma contrapartida por parte da entidade beneficiária da transferência estamos perante uma prestação de serviços, sujeita à contratação pública.
- e. No final validamos os gastos apresentados na rubrica.

4.4.1.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

- a. Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b. Testámos o movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c. Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Materiais diversos,
 - Água para abastecimento, e
 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
- d. O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Existências Iniciais	75 839	108 458	-32 619	-30,07%
Compras/Regularizações	995 895	755 306	240 589	31,85%
Existências Finais	123 353	75 839	47 514	62,65%
CMVMC	948 381	787 924	255 484	32,42%

- e. No final, pudemos validar os gastos do exercício nesta rubrica.

4.4.1.3 Fornecimentos e Serviços Externos

- a. Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2020 para 2021:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Subcontratos e parcerias	605 993	477 801	128 192	26,83%
Trabalhos especializados	362 676	257 177	105 498	41,02%
Conservação e reparação	199 187	172 196	26 991	15,67%
Outros materiais diversos	37 281	37 197	84	0,23%
Eletricidade	217 298	243 976	-26 679	-10,93%
Rendas e alugueres	109 124	90 530	18 594	20,54%
Comunicação	31 761	35 479	-3 718	-10,48%
Seguros	43 444	48 649	-5 205	-10,70%
Outros serviços	177 236	125 361	51 875	41,38%
Outros fornecimentos e serviços	226 650	178 630	48 020	26,88%
Total	2 010 650	1 666 996	343 653	20,62%

- b. Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2020, cerca de 21%, com especial incidência para as variações nas rubricas:
- i) Subcontratos, com um aumento de 26,83%;
 - ii) Trabalhos especializados com um aumento de 41,02%;
 - iii) Eletricidade com uma diminuição de cerca de 11%.
- c. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções a efetuar que foram realizadas pelos serviços do Município.
- d. Da análise efetuada, verificou-se que o arquivo de despesa se encontra bem suportado pelos seguintes documentos:
- Anexo de fatura, com classificação patrimonial;
 - Informação de cabimento e compromisso, nota de encomenda;
 - Comprovativos de não dívida da segurança social e da autoridade tributária;
 - Ordem de pagamento.
- e. Validámos o saldo da conta.

4.4.1.4 Gastos com Pessoal

- a. Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2020 para 2021:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Remunerações dos tit. órgãos de soberania	180 121	47 369	132 752	280,25%
Remunerações do pessoal	2 526 162	2 542 165	-16 004	-0,63%
Pensões	0	0	0	-
Encargos sobre remunerações	725 074	535 800	189 274	35,33%
Acid. trabalho e doenças profissionais	19 761	18 408	1 353	7,35%
Outros gastos com o pessoal	81 621	72 084	9 537	13,23%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Outros encargos sociais	45 780	67 049	-21 269	-31,72%
Total	3 578 518	3 282 875	295 643	9,01%

- b. Esta rubrica contempla, no essencial, as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal. Relativamente a 2020, verificou-se um aumento de 9%.
- c. Verificamos a concordância global, entre os valores registados como custos comparativamente aos valores das remunerações e abonos processados no ano, não tendo detetado distorções materiais.
- d. Conciliamos os saldos da patrimonial e orçamental e não detetámos distorções materiais.
- e. Validamos os saldos da conta.

4.4.1.5 Depreciações e Amortizações

- a. O seu valor é constante do quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Propriedades de investimento	0	0	0	-
Ativos fixos tangíveis	2 853 578	3 312 954	-459 377	-13,87%
Ativos intangíveis	51 190	46 920	4 271	9,10%
Total	2 904 768	3 359 874	-455 106	-13,55%

- b. Validamos o saldo da conta

4.4.1.6 Perdas por imparidade

Apresenta um valor 52.623 euros referente a imparidades criadas de contas a receber e imparidades. Validamos o seu saldo.

4.4.1.7 Outros Gastos

- a. A rubrica contempla, sobretudo, custos relacionados com quotas e taxas diversas.
- b. Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Impostos e taxas	63 998	48 550	15 448	31,82%
Dívidas incobráveis	0	0	0	-
Perdas em inventário	0	0	0	-
Gastos investimentos não financeiros	26 041	24 197	1 845	7,62%
Outros	98 361	292 703	-194 342	-66,40%
Total	188 401	365 450	-177 049	-48,45%

- c. Tiveram uma diminuição cerca de 48% em 2021, nomeadamente no reconhecimento de outros gastos.
- d. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- e. Validámos o valor da conta.

4.4.1.8 Gastos por juros e outros encargos

- a. A rubrica compreende juros relativos a empréstimos bancários e outros serviços bancários
- b. Decompõem-se em:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Juros e encargos correntes de dívida pública	0	326	-326	-100,00%
Juros de financiamentos obtidos	14 825	9 780	5 045	51,58%
Juros de Locações financeiras	943	1 577	-634	-40,22%
Outros juros	75	145	-70	-48,11%
Total	15 843	11 827	4 015	33,95%

- a. Verificou-se um acréscimo, no conjunto destes gastos, de 2020 para 2021 de 4.015 euros.
- b. Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2020.
- c. Verificamos e validamos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d. Validámos os movimentos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4.2 Proveitos

4.4.2.1 Impostos, Contribuições e Taxas

a. Decompõe-se conforme quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Impostos diretos				
Derrama	89 570	74 397	15 173	20,39%
IMI	527 069	417 058	110 011	26,38%
IUC	159 058	147 475	11 583	7,85%
Outros	663 345	573 490	89 856	15,67%
Impostos indiretos	0	0	0	-
Taxas, multas e outras penalidades	125 946	133 294	-7 347	-5,51%
Total	1 564 988	1 345 713	219 275	16,29%

b. Verificaram-se baixas relativamente a 2020. em:

- Taxas, multas e outras penalidades 5,51%,

E aumentos em:

- no IMI 26,38%,

- nos outros impostos diretos 15,67%.

c. No cômputo geral, a rubrica teve um acréscimo de cerca de 16%, relativamente a 2020.

d. Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que se distanciavam da normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

e. Comparámos os valores apresentados com as certidões obtidas da Autoridade Tributária e Aduaneira e concluímos que os rendimentos estão corretamente reconhecidos.

f. No final validámos os saldos.

4.4.2.2 Vendas

a. Relativamente a 2020, verifica-se, em valor absoluto, uma diminuição de 4.484 euros.

b. A rubrica contempla essencialmente as receitas de água de acordo com quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Mercadorias				
Água	228 454	233 373	-4 918	-2,11%
Outras mercadorias	0	0	0	-
Produtos acabados e intermédios	3 659	3 226	434	13,45%
Total	232 114	236 598	-4 484	-1,90%

- c. Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.
- d. No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

4.4.2.3 Prestações de Serviços e Concessões

- a. A conta encontra-se dividida na seguinte forma:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Serviços específicos do setor da educação	0	0	0	-
Serviços específicos das autarquias locais	665 536	589 768	75 768	12,85%
Concessões	423 432	597 458	-174 026	-29,13%
Arrendamento	12 569	11 155	1 414	12,68%
Outros serviços	9 933	3 895	6 038	155,02%
Total	1 111 471	1 202 277	-90 806	-7,55%

- b. Validamos o saldo da conta.

4.4.2.4 Trabalhos para a própria entidade

- a. Apresenta um saldo de 170.448 euros.
- b. Continua a ser desenvolvido o trabalho de melhoramento da contabilidade de gestão, com repercussão no melhor apuramento de trabalhos para a própria entidade.

4.4.2.5 Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

- a. São contabilizados nesta conta:
- i) Os rendimentos relativos às transferências decorrentes do orçamento de estado.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ii) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 593 - Transferências e subsídios de capital.

ii) Os subsídios obtidos por unidades produtivas sem contraprestação, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remuneração dos fatores de produção.

b. Estão contabilizados:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	6 255 479	5 802 392	453 087	7,81%
Fundo Social Municipal	145 961	145 961	0	0,00%
Participação no IRS	214 365	195 078	19 287	9,89%
Participação no IVA	72 595	82 487	-9 892	-11,99%
Outros	107 689	119 780	-12 091	-10,09%
Serviços e Fundos Autónomos	34 817	18 719	16 098	86,00%
Administração local	16 862	12 224	4 638	37,94%
Resto do Mundo	0	0	0	-
Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	-
Total	6 847 768	6 376 641	471 127	7,39%

c. Confirmamos o saldo desta rubrica com as certidões de receita enviada pelas entidades.

d. No cômputo geral, tiveram um acréscimo em 2021, relativamente a 2020, de 7,39%.

e. Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

4.4.2.6 Reversões

a. Foram reconhecidas reversões no ano de 2021, conforme quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
De depreciações e de amortizações	0	0	0	-
Em contas a receber	0	200 616	-200 616	-100,00%
Em inventários	11 811	2 124	9 687	456,10%
Total	11 811	202 740	-190 929	-94,17%

b. Validamos o saldo.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4.2.7 Outros Rendimentos e Ganhos

a. A conta encontra-se desagregada conforme quadro seguinte:

	Valor €		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Absoluta	%
Rendimentos suplementares	39 300	37 783	1 517	4,01%
Ganhos em inventários	1 224	83	1 141	1373,83%
Rendimentos em invest. não financeiros	13 293	79 709	-66 416	-83,32%
Outros	1 189 344	856 208	333 136	38,91%
Total	1 243 162	973 783	269 379	27,66%

- b. Analisámos mensalmente a obtenção destes rendimentos, tendo validado os mesmos.
- c. Dizem respeito, essencialmente, a rendimentos relacionados com alienações de ativos e ao reconhecimento de rendimentos referentes à imputação anual de subsídios ao investimento.

4.4.2.8 Juros, dividendos e outros rendimentos similares

No ano não foram considerados juros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. ENDIVIDAMENTO / DÍVIDA TOTAL

- a) Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
- b) Define ainda o mesmo artigo 52.º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida, com exceção das que entretanto a legislação veio a reconhecer.
- c) A margem utilizável a 31/12/2020 servirá de base para o acréscimo da dívida a 31/12/2021:

Média das Receita correntes líquidas	8 700 976
Limite da Dívida Total (1,5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)	13 051 465
Dívida a 31/12/2020	2 834 038
Margem Absoluta	10 217 427
Margem utilizável a 31/12/2020	2 043 485

- d) A dívida a 31/12/2021 será:

Passivo	4 227 369
(-) Provisões	0
(-) Acréscimos e diferimentos	582 638
(-) Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	
(-) Saldo final de operações de tesouraria	
(-) Empréstimos bancários excluídos do cálculo	145 585
(+) Dívidas entidades relevantes (CIMAC)	60 088
DÍVIDA TOTAL A 31/12/2021	3 559 234

- e) Apesar da dívida poder crescer em 2021 para 4.835.528 euros, assistiu-se a um acréscimo substancialmente inferior ao limite permitido.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

f) O limite da dívida para 2022 será:

Média da receita corrente líquida	10 895 876
Limite da Dívida Total	16 343 814
Dívida a 31/12/2021	3 559 234
Margem absoluta	12 784 580

g) Analisámos os pressupostos e bases de cálculo não tendo sido detetadas distorções relevantes.

h) Atendendo ao disposto da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e da análise que efetuámos às participadas do Município, concluimos que o Município reconhece corretamente as suas participações.

i) Verificamos que o Município cumpre os limites de endividamento.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6. CONTROLO ORÇAMENTAL

6.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores bem como de compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2021 aprovado em Assembleia Municipal e as modificações e alterações orçamentais introduzidas durante o ano, apresenta-se como se segue:

Tipo	Orçamento Inicial		Orçamento Corrigido	
	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas
Correntes	8 621 725	9 697 970	9 723 517	10 003 860
Capital	4 989 879	3 913 534	6 558 109	3 660 649
Reposições	0	100	0	9 400
Saldo de Gerência	0	0	0	2 607 716
	13 611 604	13 611 604	16 281 625	16 281 625

4. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial, um acréscimo das despesas de capital em cerca de 31%.

6.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos, tanto uma análise à execução orçamental do ano, como a comparações com o ano de 2020.
2. Em termos de rácios optámos por analisar os seguintes:

Rácios	31/12/2021	31/12/2020
Peso da Receita Própria na Receita Total	18,56%	24,24%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	129,83%	141,69%
Peso da Despesa Corrente na Despesa Total	65,73%	64,21%
Peso da Despesa de Capital na Despesa Total	34,27%	35,79%
Peso das Despesas de Pessoal nas Despesas Correntes	46,99%	50,10%
Peso das Despesas de Capital na Despesa Corrente	52,14%	55,73%
Peso do Serviço da Dívida na Despesa Total	4,71%	6,00%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	76,98%	70,96%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a. O **peso da receita própria na receita total** diminuiu relativamente a 2020, para 18,56%.
- b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente. No ano de 2021 o nível de cobertura é de 129,83%. Em 2020 havia sido de 141,69%.
- c. O **peso da despesa corrente na despesa total** em 2021 (65,73%) apresenta-se ligeiramente superior aos valores de 2020 (64,21%).
- d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total** que de 35,79% em 2020 diminuiu para 34,27% em 2021.
- e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** apresenta-se inferior ao ano de 2020. Em termos absolutos, este tipo de despesas aumentou 181.137€.
- f. **As despesas de capital** equivalem em 2021 a 52,14% das despesas correntes, sendo inferior aos valores de 2020.
- g. Também o peso do **serviço da dívida** (juros+amortizações) **na despesa total** foi em 2021 de 4,71% quando em 2020 havia sido de 6%.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um acréscimo de 70,96% em 2020 para 76,98% em 2021.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

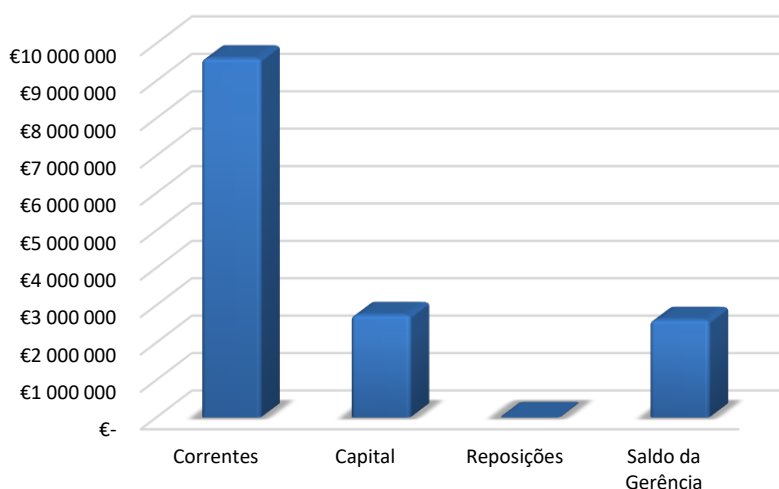
6.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

6.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em 2021:

Mapas da Receita 2021 (€)								
Receitas	Previsões Corrigidas	Estrutura	por cobrar início período	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final período	Grau de Execução (%)	
							2020	2021
Correntes	10 003 860	61,44%	246 271	9 602 779	64,19%	393 711	96,19%	95,99%
Capital	3 660 649	22,48%	19 078	2 739 360	18,31%	29 035	90,93%	74,83%
Reposições	9 400	0,06%	0	9 396	0,06%	0	99,10%	99,96%
Saldo da Gerência	2 607 716	16,02%	0	2 607 716	17,43%	0	100,00%	100,00%
Totais	16 281 625	100,00%	265 349	14 959 252	100,00%	422 746	95,40%	91,88%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas, 95,99% das correntes e 74,83% das de capital, sendo que a execução global da receita é de 91,88%
3. Se comparada a execução da receita com a de 2020 verifica-se que a execução global passou de 95,4% em 2020, para 91,88%, em 2021.
4. A execução da receita ultrapassa o limite dos 85%. Caso este limite não seja ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do artº 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município, havendo um alerta precoce.
5. Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:





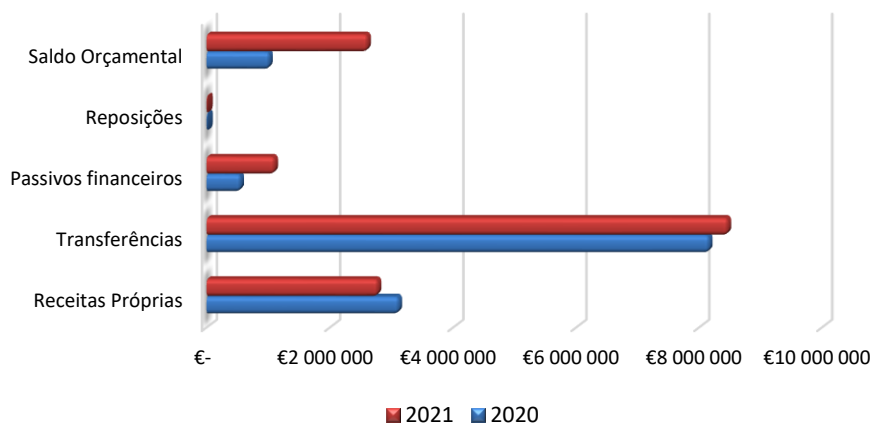
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2020 e de 2021 apresenta-se da seguinte forma:

Estrutura da Receita Municipal				
Rubricas	2020 (€)	2021 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	3 114 571	2 776 784	-337 787	-10,85%
Transferências	8 160 895	8 465 355	304 460	3,73%
Passivos Financeiros	548 020	1 100 000	551 980	100,72%
Reposições	10 801	9 396	-1 405	-13,01%
Saldo Orçamental	1 015 035	2 607 716	1 592 681	156,91%
Totais	12 849 322	14 959 252	2 109 930	16,42%

7. O que graficamente se apresenta como se segue:



8. Continua a verificar-se, a par das receitas próprias (decrécimo de 10,85%) um forte peso das Transferências do estado que representam em 2021, 56,59%, com um aumento em termos reais de 304.460€.
9. Para as receitas do ano, ainda que em menor valor, contribuíram ainda, os saldos de gerências. Representaram 7,9% em 2020 e 17,43% em 2021.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2021 teve um comportamento superior ao do ano de 2020.





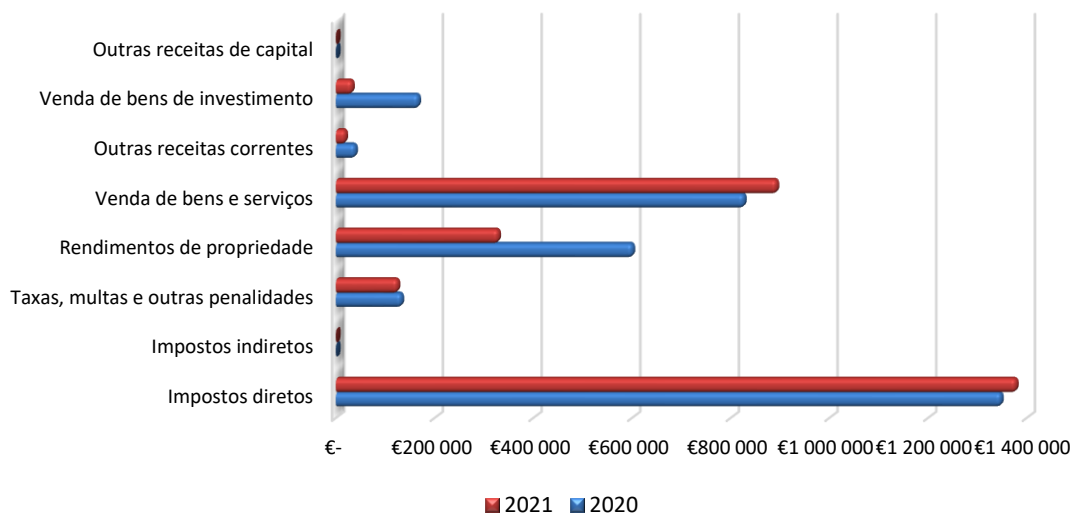
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2020 e de 2021:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rubricas	2020 (€)	2021 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Diretos	1 348 014	1 378 232	30 218	2,24%
Impostos Indiretos	0	0	0	-
Taxas Multas e O. Penalidades	132 731	125 001	-7 730	-5,82%
Rendimentos de Propriedade	601 040	328 896	-272 144	-45,28%
Venda de Bens e Serviços Correntes	826 915	893 116	66 201	8,01%
Outras Receitas Correntes	38 882	18 864	-20 019	-51,49%
Venda de bens de Investimento	166 988	32 675	-134 312	-80,43%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
Totais	3 114 571	2 776 784	-337 787	-10,85%

12. O que graficamente se traduz em:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

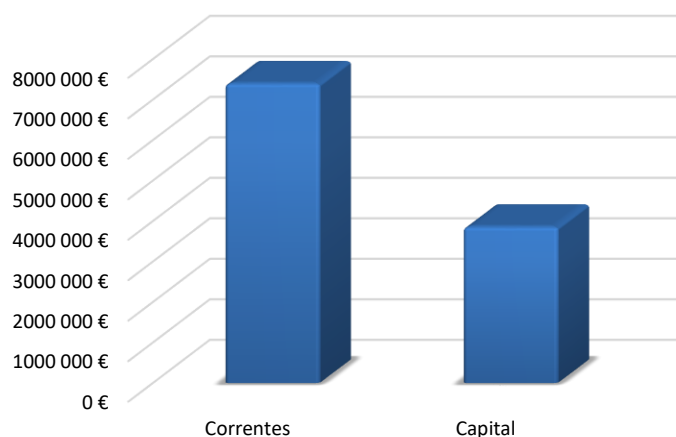
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2020 e de 2021:

Mapas da Despesa 2021 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos	Despesas pagas total	Estrutura	Obrigações por pagar	Grau de Execução	
							2020	2021
Correntes	9 723 517	59,72%	8 456 959	7 396 405	65,73%	218 365	80,04%	76,07%
Capital	6 558 109	40,28%	5 815 741	3 856 635	34,27%	40 537	69,79%	58,81%
Total	16 281 625	100,00%	14 272 700	11 253 040	100,00%	258 902	76,04%	69,11%

2. O que graficamente se traduz em:



3. Verifica-se que o grau de execução da Despesa foi de 69,11% em 2021, abaixo da execução de 2020 que foi de 76,04%. A despesa líquida corrente paga foi de 76,07% da dotação para o ano em 2021, em 2020 havia sido de 80%.

4. A despesa em 2021 foi superior à de 2020 em cerca de 10%.





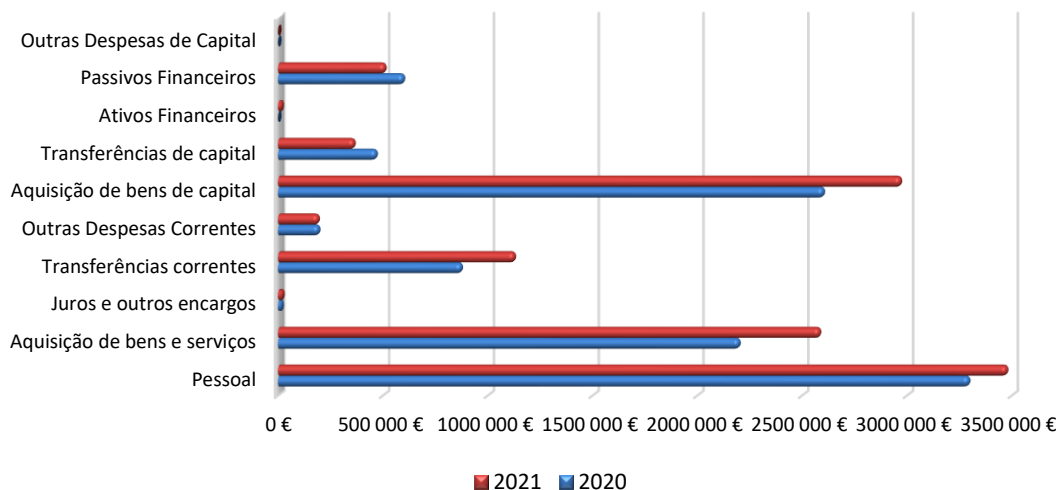
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2020 e em 2021 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	2020	2021	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	3 294 528	3 475 664	181 137	5,50%
Aquisição de bens e serviços	2 198 351	2 582 837	384 486	17,49%
Juros e outros encargos	16 808	20 757	3 949	23,50%
Transferências correntes	873 441	1 126 519	253 077	28,97%
Outras Despesas Correntes	193 327	190 627	-2 700	-1,40%
Correntes	6 576 455	7 396 405	819 950	12,47%
Aquisição de bens de capital	2 600 707	2 968 745	368 038	14,15%
Transferências de capital	466 917	361 578	-105 340	-22,56%
Ativos Financeiros	0	17 352	17 352	-
Passivos Financeiros	597 526	508 961	-88 565	-14,82%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	-
Capital	3 665 151	3 856 635	191 484	5,22%
Total	10 241 606	11 253 040	1 011 434	9,88%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2021:

- Continua a ser forte o peso das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam 30,89% do total em 2021. Em termos reais tiveram um aumento de 181.137€.
- Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2020, 21,46% do total das despesas. Em 2021, situam-se em 22,95%.
- As transferências correntes pagas aumentaram de 8,53% do total da despesa em 2020 para 10,01% em 2021.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital apresentam um peso de cerca de 26,38% das despesas totais, superior a 2020. Em termos reais verificou-se um aumento de 368.038€.
- e. Os passivos financeiros pagos diminuíram, em valor real, em 88.565€.

6.4 Fundos disponíveis

1. Da análise aos compromissos e despesa paga reportados no mapa de controlo orçamental da despesa e no mapa de pagamento em atraso concluímos que não existem pagamentos em atraso, não tendo sido detetadas anomalias.
2. Foram analisados os processos de contratação pública por forma a aferir do cumprimento legal e formal dos mesmos.

6.5 Contratação Pública

1. Foi conciliada a informação obtida com os dados extraídos da BASEGOV.
2. Não foram detetadas distorções relevantes.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6.6 Análise do PPI

1. A Execução do plano plurianual de investimentos, no ano de 2021, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Serviços gerais de Adm. Pública	1 080 556	2 026 607	2 310 759	820 919	75,97%	100,79%
Segurança e Ordem Públicas	157 405	319 000	374 031	149 014	94,67%	109,79%
Funções Sociais						
Educação	641 580	2 351 229	931 212	405 442	63,19%	44,66%
Saúde	351 510	0	0	269 092	76,55%	76,55%
Segurança e Ações Sociais	656 448	1 755 400	1 033 613	458 444	69,84%	61,86%
Habitação e serviços coletivos	4 014 930	7 219 150	2 487 769	2 276 862	56,71%	42,41%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 127 826	3 248 710	3 350 007	632 042	56,04%	90,99%
Funções Económicas						
Agricult., pecuária, silvicult., caça, pesca	10 000	30 000	17 424	6 000	60,00%	58,56%
Indústria e energia	694 130	1 233 538	91 503	415 955	59,92%	26,33%
Transporte e comunicações	52 000	646 000	33 257	41 887	80,55%	10,77%
Comércio e turismo	573 380	665 267	965 992	142 649	24,88%	89,50%
Outras funções económicas	1 000	2 000	0	0	0,00%	0,00%
Outras Funções						
Operações da dívida autárquica	674 327	3 018 569	4 925 831	610 291	90,50%	149,91%
Transferências entre administrações	286 456	990 261	741 305	184 414	64,38%	72,51%
Diversas não especificadas	199 120	489 400	660 058	165 714	83,22%	119,93%
Total	10 520 668	23 995 131	17 922 760	6 578 725	62,53%	70,99%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2021 representa 62,53% do total previsto para o ano.
3. As rubricas que mostraram maior índice de execução no ano são:
- . Segurança e ações sociais (69,84%)
 - . Saúde (76,55%)
 - . Transportes e comunicações (80,55%)
 - . Operações da dívida autárquica (90,5%)
4. O nível de execução global do PPI está nos 70,99% no final do ano.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

7. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

“4- Para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo”.

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato”.

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 540.063€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período a 31/12/2013	Amort Média empréstimos
			Contratado	Utilizado		
3390168830003	15	8	882 666	882 666	619 836	77 480
3390168830006	15	8	163 531	163 531	117 630	14 704
3390168830007	15	8	500 000	500 000	359 445	44 931
3390168830005	15	8	465 380	465 380	334 557	41 820
3390168830008	15	9	573 432	573 432	424 162	47 129
9015005722991	15	8	700 000	700 000	435 198	54 400
9015005722891	20	15	1 000 000	1 000 000	809 505	53 967
9015005770891	20	15	300 000	300 000	242 851	16 190
9015005771691	20	15	683 500	683 500	553 297	36 886
3390168830009	20	16	122 607	122 607	116 582	7 286
3390168830010	20	16	126 636	126 636	118 839	7 427
3390168830011	20	16	412 010	207 402	194 632	12 164
915/007877/291	10	10	158 107	158 107	158 107	15 811
0114/004305/691	15		548 020	548 020		36 535
0114/004326/991	15		1 100 000	1 100 000		73 333
Total			7 735 889	7 531 281	4 484 639	540 063

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2021	
Receita corrente bruta Cobrada	9 642 227
Saldo de gerência a)	1 051 216
Despesa corrente paga	7 396 405
Amortização empºs ML Prazo	540 063
Excedente	2 756 977





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

a) Nos termos do nº5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental, a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente.

4. O Município está em equilíbrio orçamental.

8. CONTABILIDADE DE GESTÃO

1. A contabilidade de gestão revela-se de extrema importância, uma vez que permite às entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.
2. O processo de desenvolvimento da Contabilidade de Gestão encontra-se em fase de implementação, já sendo possível, neste momento, gerar alguns *outputs* para a sua correta utilização.
3. O Município espera no decorrer de 2022, concluir este processo e preceder de acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

9. CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está moldado em regulamento próprio.
2. É nosso entendimento que o sistema funciona bem, ainda que se mantenha a necessidade dos ajustamentos propostos em relatórios anteriores.

10. PLANO PREVENÇÃO RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES

1. O Plano de prevenção de riscos de gestão incluídos os de corrupção e infrações é de 2017, e não sofreu qualquer alteração.
2. O Plano deve ser atualizado tendo em conta a atualização da norma de controlo interno.
3. É necessário que exista monitorização do Plano.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11. FACTOS SUBSEQUENTES

Não existem fatos subsequentes.

12. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

O Relatório de Gestão já inclui, algumas das divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

13. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

14. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém aspetos a ter em conta, consubstanciado em uma ênfase.

14.1 Reservas

Não existem Reservas.

14.2 Ênfase

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como o Município as considera, mas a entendimentos externos:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a. Conforme nota 4.2.4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município irá adotar o princípio previsto na IPSAS 33, que permite que no período de transição de 3 anos, seja possível efetuar correções ao balanço de abertura, nomeadamente a aplicação da NCP 4 - Acordos de concessão de serviços e outras Normas de Contabilidade Pública com implicação no saldo de abertura.

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 26 de abril de 2022

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por
Luís Guerra Marques - ROC nº 620

